

Centro-Oeste quer mais apoio para mineração

A região centro-oeste poderá tornar-se, a médio prazo, um dos mais importantes pólos minerais do País, desde que exista uma política de apoio governamental às empresas que ali desenvolvem atividades de mineração. Essa foi uma das principais conclusões a que chegaram cerca de 30 dirigentes de empresas e órgãos governamentais que participaram do IV Encontro do Centro-Oeste realizado entre os dias ... 29/11 e 01/12, em Cuiabá (MT).

Reunidos na Câmara de Recursos Naturais, uma das sessões que compunham os grupos de trabalho formados pelos empresários presentes ao Encontro, os dirigentes do setor mineral representando entidades como o IBRAM, DNPM; empresas estaduais (EMR, Metamat, Codesul) e do setor privado, BMS, Madinho, Paranapanema, Cembra, Eluma, Minasul, Geos e outras, discutiram 4 temas que hoje centralizam as atenções da comunidade de mineração a nível regional e mesmo nacional: Potencial mineral e serviços geológicos básicos, infra-estrutura básica regional; relação entre a atividade de mineração e as comunidades ou grupos da região; índios, garimpeiros, proprietários rurais, e incentivos fiscais,

Na parte referente aos serviços geológicos básicos os participantes do encontro identificaram como uma das primeiras necessidades o mapeamento geológico de reconhecimento na região abrangente até a escala 1:250.000.

O papel das empresas de mineração também foi avaliado pela Câmara de Recursos Naturais, que constatou ter ocorrido uma modificação nos objetivos do sistema, "resultando na destinação inadequada dos recursos". Por esta razão, foi reivindicado que as empresas estaduais de mineração retornem à sua principal função, que é fomentar o setor através da pesquisa mineral. Os participantes também rejeitaram as tentativas de modificação na lei que disciplina a distribuição dos recursos oriundos do Imposto Único sobre Minerais (IUM). Para eles, a atual sistemática de distribuição - 70% para os Estados; 20% para os municípios; e 10% para a União - não é a mais adequada, por que garante a manutenção do Sistema Estadual de Mineração.

Os empresários e técnicos também listaram uma série de zonas ou províncias minerais na região com grande potencial de exploração econômica, como a região do

Vale do Guaporé (MT e RO), com boas possibilidades para metais não ferrosos e ouro; região Crixás/Mare Rosa/Goias Velho, no Estado de Goiás, de grande potencial aurífero; região aurífera de Cuiabá (MT); e as regiões diamantíferas de Poxoréu/Alto Paraguaçu (MT) e Alto Rio Araguaia (MT-GO), dentre outras.

INFRAESTRUTURA INSUFICIENTE

No que se refere à infraestrutura da região, para suporte da atividade de mineração, foram identificados vários problemas, sendo considerados como mais graves e insuficiência de energia elétrica para atendimento das necessidades da indústria, a inadequação e falta de conservação da malha rodoviária da região e o alto custo do transporte ferroviário.

ÍNDIOS E GARIMPOS

As relações das empresas de mineração com garimpeiros, índios e proprietários rurais, foi outro tema importante do Encontro e, também o mais polêmico.

Analisando o Decreto ... 88.985, de 10/11/83, que regulamenta a atividade de pesquisa e lavra de bens minerais localizados em áreas

reas indígenas, os participantes consideraram que "longe de disciplinar e regular o assunto, o Decreto mantém as mesmas facilidades às empresas estatais integrantes da administração federal, em detrimento do setor privado e das empresas estaduais". Por esta razão, eles sugerem que seja feita uma avaliação do real potencial mineral das áreas indígenas, para que "a autorização e lavra nessas áreas não traga sérios e irreversíveis prejuízos à cultura indígena e ao setor mineral". Reivindicam, ainda, uma ampla consulta ao setor mineral, através de suas entidades representativas, visando à normalização do decreto 88.985.

Quanto às atividades de garimpo, foram julgados como problemas principais: a ausência de uma política governamental que consiga compatibilizar os interesses das empresas de mineração organizadas, dos garimpeiros e da própria nação; a ocorrência de distorções, do ponto de vista legal, quanto à caracterização dos garimpos, o que tem levado à existência de empresas clandestinas ou "fantasmas" atuando na área mineral; e a existência de conflitos de ordem legal entre empresas de mineração e "garimpei-

ros", levando ao "descumprimento da legislação pertinente".

Em função desses problemas, foi sugerido que o governo procure implantar, nas áreas de livre garimpo já existentes sistemas de apoio nos setores de saúde, alimentação, técnico e comercial. Mas exige-se dos vários níveis da administração "ação para o estrito cumprimento das leis existentes".

Os representantes do setor mineral quixam-se das dificuldades encontradas pelos titulares de direitos

minerários no relacionamento com os proprietários do solo. Torna-se cada vez mais difícil a obtenção de acordos amigáveis quando do início da atividade mineral. E solicitam que o governo faça uma divulgação o mais ampla possível, dos fundamentos básicos da legislação mineral, ainda desconhecida de boa parte dos superficiários.

Os incentivos fiscais existentes na região também são considerados insuficientes para atender às necessidades de desenvolvimento da mineração, já que os

incentivos concedidos ao Centro-Oeste correspondem a penas aqueles advindos da Sudam, para a Amazônia Legal, e da Suprama, para as áreas incluídas na Amazônia Ocidental.

Desta forma, existe a solicitação para que os incentivos concedidos pela Sudam sejam estendidos a regiões especiais da Sudam. Além disso, sugere-se "a criação de incentivos especiais para a pesquisa mineral, independente de quaisquer outros".

CONSELHO CONSULTIVO

Mas além de suas contribuições nas atividades das Câmaras de Trabalho, que formaram o documento final entregue à Sudeco, os técnicos e empresários apresentam uma reivindicação formal aquela superintendência, o encaminhamento efetivo das propostas apresentadas e pediram que fosse criado, o mais rapidamente possível, um Conselho Consultivo, no âmbito da própria Sudeco, composto pelas lideranças ou entidades representativas do empresariado que atuam na região.